

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-07-05

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Santos, M. H. & Amâncio, L. (2011). Género e cidadania: O lento caminho para a paridade. In Maria Luísa Lima, Magda Sofia Roberto, Maria T. Batista, Rita Morais, Rui S. Costa (Ed.), *Percursos da investigação em psicologia social e organizacional*. (pp. 51-74). Lisboa: Edições Colibri.

Further information on publisher's website:

<http://www.edi-colibri.pt/Detalhes.aspx?ItemID=1499>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Santos, M. H. & Amâncio, L. (2011). Género e cidadania: O lento caminho para a paridade. In Maria Luísa Lima, Magda Sofia Roberto, Maria T. Batista, Rita Morais, Rui S. Costa (Ed.), *Percursos da investigação em psicologia social e organizacional*. (pp. 51-74). Lisboa: Edições Colibri.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

**GÉNERO E CIDADANIA:****O LENTO CAMINHO PARA A PARIDADE**Maria Helena Santos<sup>1</sup>Lígia Amâncio<sup>2</sup>

**Resumo:** Há uma desigualdade na política, em termos de representação de homens e mulheres, em praticamente todo o mundo (*Inter-Parliamentary Union*, 2009). Para procurar combater a discriminação que existe face às mulheres têm sido criadas medidas de acção positiva. Contudo, estas têm gerado forte controvérsia, sobretudo devido ao princípio do mérito (Santos & Amâncio, 2010), parecendo existir um maior sentimento de injustiça relativamente às medidas do que à própria situação de desigualdade. Na sequência de uma investigação anterior (Santos, 2004), apresentamos neste artigo um estudo realizado no âmbito de um projecto de investigação mais amplo. São objectivos gerais deste projecto fornecer um conhecimento aprofundado sobre os obstáculos que se colocam à participação política das mulheres, assim como às medidas que se destinam a aumentá-la. Conduzido também por estes objectivos, o presente estudo assenta em 20 entrevistas biográficas de deputadas e deputados dos partidos políticos com assento parlamentar. Os resultados apresentados revelam diversos obstáculos à entrada e permanência das mulheres na política, sobretudo de natureza ideológica.

**Palavras-chave:** trajectórias, política, discriminação, género, paridade

---

<sup>1</sup> ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Intervenção Social

<sup>2</sup> ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Intervenção Social

Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, subvenção concedida à primeira autora: SFRH/BD/21628/2005.

A correspondência relativa a este artigo deve ser enviada a Maria Helena Santos, CIS/ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal. E-mail: [Helena.Santos@iscte.pt](mailto:Helena.Santos@iscte.pt)

*Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional*, Vol IV, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp.51-74.

## Introdução

As mulheres estiveram privadas de direitos de cidadania até meados do século XX na maior parte dos países ocidentais, sendo normalmente consideradas como incapazes de assumir responsabilidades cívicas e políticas (Nash, 2004/2005). Ao longo do século XX, começou a haver uma mudança de postura e a desigualdade de género passou a ser percebida como um problema mundial, nomeadamente por parte das grandes instituições internacionais (Procacci & Rossilli, 1997). Em seguida, estas “contagiaram” os governos de vários estados (ver Baum & Espírito-Santo, 2009).

Entre os vários esforços que têm sido realizados, surgiram acções e medidas de acção positiva (AP) em diversos contextos. Na política portuguesa, é o caso da tentativa de introduzir o sistema de quotas baseado no sexo, em 1999 (Proposta de Lei n.º 194/VII) e, mais recentemente, da publicação da Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006). Esta lei, estabelece que as listas para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e as autarquias locais devem ser compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Além disso, estabelece que as listas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo consecutivamente. Contudo, estas medidas têm gerado forte controvérsia e têm sido fortemente contestadas, sobretudo por serem percebidas como incompatíveis com a promoção do mérito pessoal (Santos & Amâncio, 2010), parecendo existir um maior sentimento de injustiça face às medidas do que à própria situação de discriminação.

Apesar de tudo, e embora seja inegável que a situação social das mulheres tenha melhorado bastante nos últimos 20 anos, a desigualdade de género teima em persistir. É bastante perceptível, sobretudo, nas áreas mais importantes, como no emprego, no salário e nas carreiras de sucesso (Barreto, Ellemers, Cihangir, & Stroebe, 2009). Torna-se ainda mais flagrante quando consideramos posições de elevado estatuto e de poder (Eagly & Sczesny, 2009; Ryan, Haslam, Hersby, Kulich, & Wilson-Kovacs, 2009), nomeadamente, na política. De facto, a participação das mulheres no mundo da política continua a ser irrisória, a nível mundial (18, 6%) (*Inter-parliamentary Union*, 2009). Em Portugal, apesar das melhorias trazidas pela Lei da Paridade nas últimas eleições legislativas (29, 2% de deputadas) e europeias (36% de eurodeputadas), no Governo (Simas, 2009) e nas autarquias o poder político mantém-se masculino (Fernandes, 2009).

Perante esta realidade, logo após a adopção da igualdade formal, começou-se a perceber que não eram apenas os obstáculos/barreiras formais que impediam o acesso das mulheres aos órgãos de poder, continuavam a existir obstáculos informais, por vezes, bastante difíceis de perceber, que as impediam de lá chegar.

Assim, e no seguimento de uma investigação sobre os juízos de jovens universitários/as relativos a medidas de AP, como as quotas baseadas no sexo na política (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007, 2010), realizámos um projecto de investigação que visa fornecer um conhecimento aprofundado sobre os obstáculos que se colocam à participação política das mulheres, assim como às medidas que se destinam a melhorá-la. Enquadrado neste projecto, o estudo aqui apresentado procura contribuir para os mesmos objectivos.

### **Entrada das mulheres na política: Obstáculos de ordem ideológica e psicológica**

A literatura tem destacado vários factores que podem constituir obstáculos à entrada das mulheres na política. De facto, têm sido sugeridos desde: as mentalidades e a ausência de movimentos sociais (Pintat, 1997); a ausência de uma socialização de género para a cidadania (Baum & Espírito-Santo, 2004), factores socioeconómicos, culturais e institucionais (ver Norris & Inglehart, 2001), como é o caso da ideologia política (Baum & Espírito-Santo, 2009); o funcionamento e os próprios “mecanismos de construção e de selecção das carreiras” que existem nos partidos políticos (Bettencourt & Pereira, 1995, p.9).

A psicologia social tem salientado factores de ordem ideológica e psicológica como obstáculos ao acesso das mulheres ao poder. A associação da esfera pública aos homens e da esfera privada às mulheres é um factor de ordem ideológica (Amâncio, 1994). Para alguns autores (e.g., Eagly, 1987; Wood & Eagly, 2002), o que começou por causar as diferenças de papéis ocupacionais entre homens e mulheres foram as diferenças sexuais físicas inerentes, fazendo com que determinadas actividades fossem mais eficientemente desempenhadas por um sexo ou por outro, dependendo das circunstâncias sociais e da cultura. Os estereótipos de género e as diferenças de estatuto resultam, segundo esta perspectiva, desta divisão *genderizada* do trabalho. O género actua como um “criador” de diferentes papéis sociais que as pessoas cumprem e os papéis de género são expectativas socialmente partilhadas, sobre os comportamentos que as pessoas devem adoptar, em função do seu sexo (Eagly, 1987). Assim, pelo menos na cultura ocidental, continua a haver diferentes expectativas para os homens e para as mulheres. Por um lado, espera-se que eles desempenhem cargos de responsabilidade e de autoridade e que sustentem a família. Por outro, espera-se que elas realizem as tarefas domésticas e cuidem dos/as filhos/as e da família. Ou seja, continua a associar-se a esfera pública aos homens e a esfera privada às mulheres (Amâncio, 1994, 2007; Oliveira & Amâncio, 2002). Consequentemente, os contextos públicos, como a política, continuam masculinos.

Com efeito, apesar da evolução, em termos formais e numéricos, a persistência desta perspectiva estereotípica cria outro tipo de barreiras, informais. Recentemente, Barreto, Ryan e Schmitt (2009) editaram um conjunto de estudos que mostram que, apesar de os cargos de

liderança já não serem tão inacessíveis a todas as mulheres, há barreiras que persistem. A entrada das mulheres no espaço público e a emergência de novos estereótipos de género, mais subtis (Barreto, Ellemers, Cihangir, & Stroebe, 2009; Cikara & Fiske, 2009), originou novos tipos de barreiras que, tal como o vidro, nem sempre são fáceis de perceber (Barreto et al., 2009). Persistem barreiras a nível vertical (*glass ceilings*) e horizontal (*glass walls* e *glass doors*) (ver Sabattini & Crosby, 2009; Zhang, Schmader, & Forbes, 2009) que continuam a dificultar o acesso das mulheres a lugares de decisão ou de poder (Barreto et al., 2009; Barreto, Ryan, & Schmitt, 2009b; Eagly & Diekmann, 2006; Powell & Butterfield, 1994).

Mesmo nas situações em que as mulheres conseguem ultrapassar as barreiras e aceder a cargos de poder, como frequentemente estes estão associados a riscos elevados e pressão, há uma maior probabilidade delas fracassarem (*glass cliff*), acabando por lá permanecer pouco tempo (Ryan, Haslam, Hersby, Kulich, & Atkins, 2007; Ryan et al., 2009). Bettencourt e Pereira (1995) demonstraram este fenómeno no caso das mulheres políticas, em Portugal. Nestas situações, os estereótipos de género colocam as mulheres numa situação duplamente condicionada, sendo, muitas vezes, criticadas quer adoptem os estilos de liderança estereotipadamente masculinos, quer os femininos (Gardiner & Tiggermann, 1999). Além disso, por vezes, são percebidas ainda mais negativamente pelas próprias mulheres (Mathison, 2001). Este tipo de reacções preconceituosas de algumas mulheres face a outras, geralmente atribuído ao “síndrome da abelha rainha” (Kanter, 1977), costuma ser adoptado pelas mulheres de sucesso em contextos tradicionalmente masculinos (e.g., Ellemers, 2001; Nogueira, 2001). Estas parecem de tal forma interiorizar os estereótipos de género que se acomodam ao sistema e nem sequer o questionam (Jost, Burgess, & Mosso, 2001), ou até o reforçam. Reacções negativas deste tipo, que geralmente salientam o mérito individual e a negação da discriminação pessoal, constituem um enorme obstáculo à mobilidade das outras mulheres, visto não assentar numa análise realista da discriminação, enquanto fenómeno social.

Crosby identificou o “efeito de negação da discriminação pessoal” em 1982, num estudo com mulheres trabalhadoras. Verificou que estas mulheres perceberam uma maior discriminação dirigida ao seu grupo do que a elas próprias, enquanto membros desse grupo (Crosby, 1982). Este paradoxo tem sido identificado como um mecanismo de auto-protecção (Crocker & Major, 1989), ligado ao auto-controlo e à defesa de uma auto-estima positiva (Crosby & Clayton, 2001). Ou seja, tem uma “função paliativa” (Jost & Hunyady, 2002). Porém, ao procurar prevenir os custos psicológicos (Ruggiero & Taylor, 1997), também pode impedir a detecção do preconceito, sobretudo quando este é expresso de forma politicamente correcta e subtil (Ellemers & Barreto, 2009; Barreto & Ellemers, 2005), conduzindo à inacção.

De facto, as novas formas de sexismo, como o sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 1996) ou o sexismo moderno (Swim, Ainkin, Hall, & Hunter, 1995), constituem um enorme obstáculo à mobilidade das mulheres, nomeadamente por individualizarem os processos de discriminação grupal. Baseadas na ideologia meritocrática, segundo a qual o mérito pessoal é o único critério para o êxito, estas formas de sexismo negam a discriminação das mulheres, responsabilizando-as da sua situação de desvantagem (Barreto et al., 2004).

Segundo alguns autores (e.g., Jost & Banaji, 1994; Sidanius & Pratto, 1999), o sexismo é uma das ideologias estruturadoras e legitimadoras do sistema que mantém as diferenças de género, favorecendo a superioridade dos homens. As novas formas de sexismo são já uma “manifestação resultante de um conflito entre os valores igualitaristas e sentimentos residuais negativos face às mulheres” (Tougas, Brown, Beaton, & Joly, 1995, p.843), sendo expressões de preconceito politicamente correctas ou socialmente aceitáveis (Barreto & Ellemers, 2005). Porém, continuam a ser nocivas, porque, embora sejam contra a discriminação aberta face ao grupo-alvo, incluem a crença de que já há igualdade e que, portanto, já não são necessárias medidas de AP (e.g., Barreto & Ellemers, 2005; Tougas et al., 1995), impedindo a igualdade efectiva. Assim, podemos concluir que a ideologia de género, com a sua nova “cara”, constitui certamente um enorme obstáculo à entrada das mulheres na política, ajudando à manutenção e justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994).

### **Género, política e *tokenism*: Obstáculos provocados pelo contexto intergrupal restrito**

Dito isto, torna-se importante considerar os factores externos (Barreto, Ellemers, & Palacios, 2004), como é o caso do contexto designado “*tokenism*” (Kanter, 1977). O *tokenism* prende-se com a elevada restrição do contexto intergrupal, em que apenas alguns membros do grupo desfavorecido (e.g., as mulheres *tokens* ou símbolos) conseguem aceder a posições normalmente reservadas aos membros do grupo favorecido (e.g., cargos políticos). Neste contexto, os/as *tokens* são mais percebidos/as, pelos membros da maioria, como exemplos ou modelos da sua própria categoria do que como indivíduos, singulares.

Pelas suas características (i.e., por não ser um contexto nem totalmente aberto, nem totalmente fechado), o *tokenism* provoca ambiguidade e incerteza, podendo originar consequências negativas, particularmente para os membros do grupo desfavorecido, como as mulheres (Yoder, 2002). Embora seja um contexto de difícil acesso aos membros dos grupos desfavorecidos, muitas vezes, estes acreditam que têm poucas oportunidades porque des/merecem e não porque são discriminados. É certamente devido a esta ambiguidade que se têm encontrado discursos bastante contraditórios em torno do mérito e da não discriminação, nomeadamente

entre as mulheres em cargos de decisão (Nogueira, 2001). A prevalência da crença meritocrática, juntamente com o facto de haver um baixo número de *tokens*, torna saliente uma injustiça individual, o que fomenta a acção individual e não tanto acções colectivas (Wright, 2001). Por outras palavras, em vez de as mulheres/*tokens* actuarem no sentido de melhorar a posição das mulheres, enquanto grupo, na sociedade, passam antes a comportar-se como defensoras/es do *status quo* (Barreto et al., 2004), representando mais um enorme obstáculo à mobilidade das mulheres. Paralelamente, a pequena presença das mulheres nesses lugares vai ajudando a legitimar o sistema (Zweigenhaft & Domhoff, 1998). De facto, ao constituírem exemplos, os *tokens* são apoios da estrutura social existente, servindo também para a maioria mostrar que não há discriminação, apaziguando a sua consciência, e para reforçar e legitimar a ideologia meritocrática (Taylor & McKirnan, 1984).

### **Ideologia meritocrática: Mito do mérito ou ilusão da meritocracia?**

A ideologia meritocrática é considerada fundamental na sociedade ocidental (Jost & Hunyady, 2005; Sidanius & Pratto, 1999; Taylor & McKirnan, 1984). Segundo esta ideologia, qualquer pessoa, sem restrições, pode chegar até onde o seu próprio mérito lho permita. No entanto, o facto de haver vários grupos sociais, como as mulheres, a sofrerem discriminações coloca em causa a justiça desta ideologia (Blanchard & Crosby, 1989).

Para Sidanius e Pratto (1999), a meritocracia é apenas mais um exemplo dos vários mitos legitimadores existentes na sociedade que servem para apoiar um sistema de hierarquia social baseado nos grupos, justificando a dominância social, neste caso dos homens políticos. Assim, a ideologia meritocrática ou, mais concretamente, a ilusão da meritocracia (Ellemers & Barreto, 2009; Jost & Banaji, 1994), representa, com certeza, mais um obstáculo à entrada das mulheres na política. Aliás, o mérito é o argumento central subjacente à controvérsia que existe em torno das quotas e da Lei da Paridade, que pretendem aumentar a sua representação na política. Ora, “(...) falar de quotas contrapondo o mérito é partir do princípio do desmérito das mulheres” (Barbosa, 2008, pp. 55-56), ou seja, é preconceito. No nosso estudo anterior (Santos & Amâncio, 2007, 2010) verificámos que, embora os homens valorizem o mérito em abstracto, também vimos que a avaliação das mulheres não é imune à ideologia de género, sendo influenciada pelo sexo dos/as candidatos/as, ou seja, *genderizam* o mérito, percebendo-o como um atributo associado ao masculino no contexto político. Tal facto pode resultar de uma característica comum a todas as ideologias que, segundo Morales (2008), pode ser nociva, que é o facto de todos os grupos (favorecidos e desfavorecidos) as assimilarem. Esta maior assimilação por parte das mulheres pode derivar do facto de, geralmente, haver uma maior normatividade dos estereótipos associados

ao feminino, acabando por os internalizar ainda mais (Amâncio & Oliveira, 2006; Oliveira & Amâncio, 2002).

Assim, no caso da ideologia de género, tendo em conta que o sexismo varia tanto entre os homens, como entre as mulheres (Glick & Fiske, 1996), pode fazer com que alguns homens políticos contestem o sistema e se envolvam em acções colectivas pelas mulheres. Contudo, também pode fazer com que algumas mulheres políticas (*tokens*) não contestem a ordem social, nem se envolvam em acções colectivas (Huddy, Neely, & LaFay, 2000) para melhorar a condição social das mulheres, em geral. No caso da meritocracia, a ideologia de género, sobretudo manifestada através de expressões subtis de preconceito e de discriminação, também pode conduzir à perpetuação da ilusão da meritocracia (Ellemers & Barreto, 2009) por parte de ambos, conduzindo à inacção e manutenção do sistema.

A política é um contexto bastante restrito e pouco estudado em Portugal relativamente às questões da desigualdade de género e às medidas de AP. De facto, há poucas investigações quer com políticos/as profissionais (salvo alguns casos com mulheres, como Baum & Espírito-Santo, 2004, 2009 e Bettencourt & Pereira, 1995), quer com não profissionais da política (e.g., Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007, 2010). Para procurar atenuar esta lacuna, o estudo com políticos/as profissionais que aqui apresentamos, visa identificar os principais obstáculos colocados à entrada das mulheres na política, assim como às medidas criadas para os diminuir. Tendo em conta que todos/as são susceptíveis de assimilar as ideologias (Morales, 2008), além dos objectivos que orientaram este estudo, procuraremos sempre perceber as diferenças e semelhanças nos seus discursos, em função do sexo e da orientação política. Assim, pretendemos:

- 1) abordar o percurso escolar e profissional dos/as entrevistados/as, a sua experiência no exercício da política e a ligação entre a esfera privada e pública, de modo a identificar os factores críticos da vida pessoal e partidária que estão, sobretudo, ligados à entrada e permanência das mulheres na política, como fizeram Bettencourt e Pereira (1995) num estudo com mulheres políticas;
- 2) identificar as dimensões que representam os atributos e competências considerados fundamentais na política, de modo a clarificarmos se estes estão associados a significados masculinos (Amâncio, 1994), como vimos com não-político/as (Santos, 2004, Estudo 1);
- 3) perceber se a sub-representação das mulheres na política constitui um problema de ordem social (i.e., se percebem que há discriminação) e/ou política (i.e., se questionam a qualidade da democracia representativa) e qual consideram ser a origem dessa situação;
- 4) verificar quais as soluções propostas e as acções adoptadas no sentido de procurar resolver a desigualdade de género. E, além disso, perceber o que pensam de medidas, como a Lei da Paridade e o sistema de quotas, que se destinam a reduzi-la.

## **Método**

### **Participantes**

Foram realizadas 20 entrevistas biográficas semi-estruturadas a 11 deputadas e nove deputados em actividade nos partidos políticos portugueses com representação parlamentar (BE, PEV, PCP, PS, PSD e CDS/PP). As suas idades estão compreendidas entre os 28 e os 62 anos ( $M = 46$ ;  $DP = 11, 5$ ), tendo as deputadas, em média, 47, 7 anos ( $DP = 10, 2$ ) e os deputados 43, 8 ( $DP = 12, 9$ ), os/as de *direita* 47, 2 anos ( $DP = 8, 9$ ) e os/as de *esquerda* 45.53 ( $DP = 12, 5$ ).

### **Procedimento**

Atendendo a que se trata de uma população pouco disponível, para realizarmos as entrevistas, foi utilizada a técnica “*bola de neve*”. Os primeiros contactos foram feitos via *e-mail*, sendo logo informados sobre a nossa fonte e o objectivo da entrevista. Era-lhes dito que, no âmbito de uma tese de doutoramento, estávamos a realizar um estudo com entrevistas individuais a deputados/as dos diferentes partidos políticos que abordavam, nomeadamente, a trajectória de mobilidade das pessoas e as representações sobre a sua profissão. As entrevistas foram realizadas na Assembleia da República (AR), entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007, com durações entre 0h40m e 3h45m. Foram gravadas, com consentimento do/as entrevistado/as e, posteriormente, transcritas. O anonimato foi-lhes assegurado.

### **Instrumento e variáveis em estudo**

Para assegurar que todos os pontos eram abordados nas entrevistas, foi delineado um guião standardizado que abrangia seis dimensões. Porém, como parte da entrevista era pessoal, optámos por uma metodologia semi-estruturada. A análise seguiu a mesma estrutura do guião, sendo criadas seis novas variáveis, abrangendo:

- 1) a educação, acontecimentos e influências relevantes para a escolha da carreira;
- 2) histórias de experiências passadas e presentes e mudanças significativas ao longo da vida profissional e política;
- 3) a atitude do/a parceiro/a face à sua carreira e a forma como cada um/a concilia a actividade política e a vida familiar;
- 4) o gosto pela política, a caracterização do/a bom/boa político/a ou ideal, a participação política e a qualidade da democracia;
- 5) a sub-representação das mulheres na política e as medidas de AP;
- 6) a discriminação pessoal e a discriminação face às mulheres, a participação em acções para a igualdade de género e a entrada das mulheres na política.

Para além destas variáveis, considerámos duas variáveis socio-demográficas na análise:

- 1) o sexo do/a entrevistado/a: sexo masculino e sexo feminino ; e
- 2) a orientação política: considerámos a esquerda (BE, PEV, PCP e PS) e a direita (PSD e CDS/PP).

### **Estratégia analítica**

O *corpus*, constituído pelo material das 20 entrevistas, foi submetido a uma análise lexical realizada através do programa informático Alceste, versão 4.7 (Image, 2005). O Alceste realiza uma *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* (Reinert, 1998). É uma metodologia de análise de dados qualitativos adequada para analisar material textual proveniente de vários procedimentos (e.g., entrevistas), especificamente quanto à sua composição lexical e estruturação temática (Soares, 2005). O principal objectivo da análise Alceste é identificar a organização interna do/s discurso/s (Reinert, 1998), neste caso, dos/as deputados/as. O programa isola classes lexicais (i.e., classes de palavras retidas a partir dos discursos) de acordo com o tipo de vocabulário, a dispersão, a ocorrência e co-ocorrência de palavras nos contextos discursivos produzidos pelos/as entrevistados/as. Desta forma, é possível obter categorias de vocabulário que remetem para determinadas representações, tornando possível a sua explicitação. A especificidade do vocabulário dos contextos lexicais expressa revela as dimensões de significado que são pertinentes para a interpretação dos discursos (e.g., ver Soares, 2005; Soares & Jesuino, 2004).

O Alceste organiza o material tendo em conta duas unidades básicas: as Unidades de Contexto Iniciais (UCI's, relativas à primeira divisão do material, realizada durante a preparação do *corpus*) e as Unidades de Contexto Elementar (UCE's, fragmentos de texto do *corpus* organizados pelo Alceste, com base em critérios de pontuação e tamanho do texto). Constituem exemplos representativos das dimensões que integram cada uma das classes lexicais.

Este programa tem dois procedimentos principais: realiza uma classificação descendente hierárquica (CDH) do conjunto de unidades contextuais, criando um *dendograma* que permite verificar a análise estatística efectuada, com a frequência das palavras representativas para cada uma das classes, a força de ligação entre elas e a percentagem de cada uma. O qui-quadrado mostra o grau de associação entre as variáveis e as *palavras-plenas* (i.e., substantivos, adjectivos ou verbos) em cada classe. Além disso, o Alceste realiza uma análise factorial de correspondências (AFP), permitindo analisar as relações de proximidade e dissociação estabelecidas entre as variáveis em estudo (e.g., sexo e orientação política) e as classes.

## Resultados

A análise foi efectuada com 75, 60% do *corpus* de material inicial, ou seja, o Alceste reteve e classificou 2773 UCE's das 3668 identificadas no material das 20 entrevistas, o que é considerado aceitável, visto só ter eliminado 24, 4%. Os resultados aqui apresentados foram obtidos através da CDH.

Como se observa na Figura 1, o Alceste deu origem a uma distribuição de sete classes lexicais, designadas de acordo com o vocabulário que melhor as caracteriza. Cada classe do *dendograma* é composta pelas 20 primeiras palavras seleccionadas (colocadas por ordem decrescente, segundo o  $\chi^2$ ). Verifica-se, desde logo, uma divisão do material em dois grandes grupos temáticos, sendo que um, “Discriminação, AP e competências políticas para uma democracia plena”, engloba quatro classes e o outro “Formas de mobilidade e conciliação entre esfera privada e actividade política” engloba três, existindo uma estrutura temática global dos discursos dos/as entrevistados/as, de acordo com cinco momentos:

- 1) no primeiro grupo, (I) há uma proximidade e associação temática entre as classes 1 e 2, remetendo para a discriminação face às mulheres e a avaliação das medidas de AP; (II) há uma associação temática entre as classes 3 e 5, englobando a qualidade da democracia, a participação política e os atributos e competências considerados fundamentais; (III) como há uma associação temática entre essas duas estruturas depois surgem agregadas;
- 2) no segundo grupo há uma associação temática entre as classes 4 e 7, abrangendo as histórias de mobilidade política e as influências relevantes nos seus percursos; a classe 6 agrega-se a essa estrutura temática e remete para a conciliação entre a vida privada e a actividade política.

Este esquema traduz as relações de dissociação e de proximidade temática das dimensões existentes no material das 20 entrevistas. Os conteúdos mais característicos e as variáveis associadas a cada uma das classes são apresentados na Figura 1.

A classe 1, designada “A acção positiva e a in/competência”, é constituída por 14, 35% das UCE's analisadas e salienta a opinião dos entrevistados do sexo masculino ( $\chi^2 = 12, 70$ ) sobre a desigualdade e a medidas de AP, variável que mais contribui para a formação desta classe ( $\chi^2 = 504, 39$ ). A questão da “competência” é transversal aos discursos emergentes, surgindo tanto nos discursos desfavoráveis, como nos favoráveis.

Figura 1. Dendograma de distribuição das classes lexicais

Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
14,35% das UCE's (398)		15,22% das UCE's (422)		10,53% das UCE's (292)		12,44% das UCE's (345)		20,38% das UCE's (565)		19,11% das UCE's (530)		7,97% das UCE's (221)		19,11% das UCE's (530)	
Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>	Palavra	X <sup>2</sup>
quota+	311,21	mulher+	382,58	democracia+	185,07	distrit+	245,54	peço+	140,27	esud+	142,13	cas+	227,06	esud+	142,13
partidos_politicos	166,89	homens	243,42	qualidade_democrac	157	comid+	148,52	hom_politico	103,47	curso+	141,02	filh+	209,86	curso+	141,02
mulher+	158,86	discrimin+	196,56	liber+	95,91	PSD	137,65	polit+	85,94	Comina	126,79	filhos	130,99	Comina	126,79
lei_paridade	143,52	homem	165,14	ciudad+	92,95	Presid+	129,04	gost+	69,5	25_Abril	122,39	horat+	128,48	25_Abril	122,39
paridade	140,91	mulheres_discrimin	143,43	projeto_Lei	76,72	Setibal	118,58	vid+	50,98	Época	104,27	semana+	113,77	Época	104,27
lei+	131,69	não_discrimin+	76,73	participação_politica	72,47	PCP	117,92	encom+	49,46	guerra_colonial	92,08	mae+	108,86	guerra_colonial	92,08
mais_mulheres	123,25	desigual+	63,04	just+	65,23	Comissão_Politica	97,66	sinto_me_bem	44,69	contes+	92,08	empregada+	99,5	contes+	92,08
lista+	101,91	lugar+	43,78	educaç+	62,54	António_Guterres	97,66	politico_ideal	43,16	estudantil	81,04	jantar+	92,17	estudantil	81,04
lei_quotas	75,95	salário+	43,34	impacto+	59,57	eleit+	93,36	transfom+	40,85	cooperativ+	81,04	diat+	76,05	cooperativ+	81,04
alter+	66,82	ameaça	43,34	igualdade_género	59,28	PSD	91,5	ser_politic+	40,85	afric+	81,04	pai	76	afric+	81,04
homens	61,09	sent+	41,92	tema+	55,39	integrat_lista+	84,82	gente	39,74	teatr+	80,61	apoi+	66,32	teatr+	80,61
33	59,29	sociedade+	38,21	defendi_ações	55,39	Câmara_Municipal	83,58	respostas+	38,61	livr+	80,61	familh+	60,04	livr+	80,61
transitor+	58,29	casos	37,46	fiscaliza+	53,17	vice_residente+	76,48	sint+	37,65	angol+	77,26	reuni+	50,63	angol+	77,26
participação_mulher	57,51	emprego+	37,17	democrat+	48,8	vereador+	76,28	qualidade+	32,35	lim+	74,36	crianc+	48,35	lim+	74,36
obrig+	53,9	nunca_discrimin+	34,46	ciudadania	45,35	cabeça_lista	70,63	percepç+	29,99	liceu	70,99	complicad+	44,36	liceu	70,99
50	53,69	discriminad+	32,49	particip+	45,29	Assembleia_Municipal	69,94	causa_publica	27,42	1974	69,44	manhã	44,52	1974	69,44
resolv+	52,27	sector+	30,67	apresent+	43,4	militante+	71	gostar+	27,42	Faculdade_Direito	69,44	larefas_domesticas	40,7	Faculdade_Direito	69,44
reflect+	49,36	mulher_homem	29,53	materia+	43,4	Mário_Soares	65,87	dificies	27,42	acab+	69,13	sexta_feira	38,21	acab+	69,13
artifici+	47,88	engravid+	27,39	avaliados	42,56	grupo_parlamentar	65,11	consegui+	26,4	ditadora	65,24	concil+	36,29	ditadora	65,24
não_resolv+	46,65	paternidade	27,39	apoios	42,56	1995	64,37	individual+	26,07	ano+	63,66	idade+	34,54	ano+	63,66
		Variáveis		Variáveis		Variáveis		Variáveis		Variáveis		Variáveis		Variáveis	
		*discriminação e igualdade	210,94	*política e democracia	165,73	*história política	285,73	*política e democracia	230,41	*educação e influência	692,7	*história política	759,22	*educação e influência	692,7
		*desigualdade e AP	128,46	*política e democracia	10,48	*educação e influência	83,26	*política e democracia	9,71	*direita	15,08	*m	25,21	*direita	15,08
		*direita	4,24	*esquerda	9,3	*m	6,83	*história política	2,15	*m	6,83	*esquerda	8,31	*m	6,83
		*m	2,86	*f		*f		*f		*f		*história política	7,85	*f	
		Ação positiva e a in/competência		A democracia plena		Formas de mobilidade política		Atributos e competências políticas		Influências na entrada para a política		Conciliação entre as esferas pública e privada		Influências na entrada para a política	

Nota: as seis variáveis em estudo (1) educação e influência, (2) história política, (3) pública e privada, (4) política e democracia, (5) desigualdade e AP, (6) discriminação e igualdade, resultam do material das 20 entrevistas. Quanto à variável sexo, o “m” representa os entrevistados do sexo masculino e o “f” os do sexo feminino. A “esquerda” e a “direita” dizem respeito à orientação política.

Emerge uma dimensão que engloba discursos sobre a caracterização da Lei da Paridade e do sistema de quotas, salientando, nomeadamente, que se trata de uma quota neutra, porque se aplica a ambos os sexos; que é combinada com a prática do *fecho éclair*; que há partidos que já tinham as quotas integradas no seu estatuto; e que, apesar de se tratar de um mecanismo artificial, está a aumentar a presença das mulheres na política, como mostram as UCE's:

“porque aquilo que a lei diz é que, nas listas eleitorais, têm que estar dois de um sexo, um de um sexo, dois de um sexo, um de um sexo...” (F, E, 3ªE)<sup>3</sup>

“ a ideia das quotas não é para as mulheres. A ideia pura, tal como está na lei, é para garantir a repartição dos géneros, que haja um mínimo de 33% que, aliás, é apenas um começo.” (M, E, 2ªE)

Outra dimensão relevante engloba os discursos desfavoráveis à Lei, por diversas razões. Por exemplo, devido à percentagem considerada e ao facto de ser definitiva, mas sobretudo devido ao facto de se considerar o “critério de género” na composição das listas. Consideram que, ao fazê-lo, está a condicionar-se os partidos políticos e os restantes critérios, como a competência:

“aquilo que a quota faz é descentrar o critério, porque, quando a gente diz que... antes de haver a Lei da Paridade, se lhe perguntassem a si, quais eram os critérios que achava que os partidos deviam utilizar na composição das listas, algum dia diria que os partidos deviam utilizar algum critério de género na composição das listas? É porque eu nunca diria isto! E, a partir de agora, a Lei da Paridade obriga que seja considerado um critério de género na composição das listas.” (M, E, 3ªE)

“eu sou completamente contra isso. Então, onde está a solução? A solução está em incrementar mecanismos outros que levem a que esta situação ocorram naturalmente. Tudo o resto é um artifício. O critério preferencial, relativamente à paridade, é um critério que tem a ver com a percentagem do género, e não leva em consideração, pode não levar, a competência, como é evidente.” (M, E, 5ªE)

Uma dimensão, mais ténue, abrange os discursos favoráveis à Lei, estando convictos do seu bom funcionamento. Consideram que a democracia só será plena se for igualitária e que os argumentos em torno da questão das in/competências, muito usados pelos que são contra à Lei,

---

<sup>3</sup> A designação dos/as participantes é codificada da seguinte forma: sexo (M = masculino; F = feminino), orientação política (E = esquerda; D = direita) e número da entrevista (para cada entrevistado/a, de acordo com o sexo).

servem apenas para “esconder debilidades”, até porque não fazem sentido, visto que o critério vai ser tido em conta como nunca foi com os homens:

“acho que os argumentos das competências e de que todos somos iguais, é para esconder debilidades internas. Acho mesmo (...).” (F, E, 11ªE)

“... com toda a competência e com toda a capacidade como, aliás, se vai exigir às mulheres e nunca se exigiu aos homens, não é? E, através, agora, do cumprimento das regras que constam da Lei da Paridade, penso que essa lei é suficientemente forte e tem combinações suficientemente fortes para levar a que os partidos políticos, obrigatoriamente, incluam as mulheres nas suas listas.” (F, E, 10ªE)

Uma última dimensão, pouco expressiva, engloba os discursos indecisos/ambivalentes face à Lei, que embora não estando certos do seu resultado, consideram que pode servir para despertar as consciências:

“a Lei das Quotas agora foi aprovada. Eu não sei, não sei o que é que isto vai dar. Acho que os partidos lá terão, lá terão que a introduzir! Isto é uma coisa inédita, porque repare, o exemplo dos países nórdicos que hoje, de facto, têm uma paridade total, começaram exactamente por um sistema de quotas, mas nunca foi imposto por lei.” (F, D, 3ªE)

A classe 2—Discriminação face às mulheres e a Lei da Paridade—é constituída por 15, 22% das UCE’s analisadas, sendo as variáveis discriminação e igualdade ( $\chi^2 = 210, 94$ ) e desigualdade e as medidas de AP ( $\chi^2 = 128, 46$ ) que mais contribuem para a formação desta classe, seguindo-se da direita ( $\chi^2 = 4, 24$ ) e do sexo masculino ( $\chi^2 = 2, 86$ ), com uma contribuição bastante inferior (Figura 1). É reconhecido o sentimento de “ameaça” gerado pela entrada das mulheres na política.

A dimensão central prende-se com os discursos sobre a discriminação que persiste face às mulheres, sobretudo relativamente aos salários, à precarização dos empregos, aos assédios, à progressão nas carreiras profissionais, ao âmbito familiar e à violência doméstica:

“em geral, as mulheres são discriminadas, os dados indicam, não é? A nível mundial, sabe-se que cada dólar que um homem ganha, a mulher ganha só 70 cêntimos, não é? Portanto, em termos remuneratórios, isto não sou eu que o digo, quer dizer, há estudos sobre isto, que as mulheres com as mesmas responsabilidades e para cargos equivalentes ganham menos do que os homens.” (F, D, 3ªE)

“acho que sim, as mulheres são discriminadas. O facto de haver uma disparidade na representação política de género é uma discriminação das mulheres. E, em geral, na sociedade.” (F, E, 9ªE)

Outra dimensão ilustra os discursos dos que, apesar de tudo, são desfavoráveis à lei, considerando que esta já não é necessária, mas antes que a iniciativa, o interesse ou o empenho na política, devem partir das próprias mulheres:

“acho que não. Acho que basta a mulher, propriamente dita, e o querer. As condições estão criadas. Sabe, a Lei das Quotas foi, um bocadinho, um acto de desespero de alguém que já estava sem paciência nenhuma, porque o facto de haver só homens e haver alguns problemas a serem descurados... porque os homens não se preocupam com eles, não é? (M, D, 1ªE)

“portanto, elas existem só que depois não é assim. As mulheres têm que participar, têm que se empenhar, têm que, elas próprias, se sentir iguais aos homens exactamente para os lugares para onde podem concorrer, nas secções e nas distritais.” (M, D, 6ªE)

Emerge uma pequena dimensão que reflecte os discursos dos que, perante este contexto claramente discriminatório face às mulheres, são favoráveis à Lei:

“e vamos olhar para a sociedade como um todo normal, não é? Por que é que as mulheres hão-de estar afastadas da política? Não faz sentido nenhum, não é? Portanto, vamos ter uma sociedade em que há uma igualdade efectiva entre os sexos distintos.” (M, D, 1ªE)

Uma última dimensão ilustra os discursos que se prendem com as diferenças de género, ao nível do comportamento: por um lado, é dito que as mulheres são mais competitivas entre si do que os homens, e, por outro, que elas devem poder entrar na política sem terem de se moldar ao modelo masculino aí existente:

“na disputa de lugares, as mulheres são muito mais violentas na entrada do que são os homens. O homem olha para o homem e olha para a mulher no sentido igual, mas a mulher, talvez por haver poucos cargos políticos, são muito mais competitivas com elas próprias do que são os homens.” (M, D, 6ªE)

“quando uma mulher abdica de ter filhos para não perder o emprego está-se a portar como um homem, está a ver? Era igual, porque os homens também abdicam de ter filhos, não precisam de ter, não lhes ligam, portanto, abdicaram naquilo que é o exercício da sua paternidade, eles abdicaram de ter filhos.” (M, E, 5ªE)

A classe 3—A democracia plena—concentra 10, 53% das UCE's e surge, sobretudo, das respostas dos entrevistados do sexo feminino ( $\chi^2 = 9, 30$ ) de esquerda ( $\chi^2 = 10, 48$ ) à variável política e democracia ( $\chi^2 = 165, 73$ ), que mais contribuiu para a constituição desta classe.

A dimensão que surge com maior expressividade aborda a qualidade da democracia e a participação política. Consideram que sem participação política não há democracia plena. Entendem que quanto mais condições houver para que a cidadania seja possível, de modo a que as pessoas participem activa e livremente no desenvolvimento da sociedade, maior será a qualidade da democracia:

“A participação política é intervir no desenvolvimento da sociedade. A qualidade da democracia é a capacidade da democracia servir ou, por outra, é a capacidade da democracia significar o acesso dos cidadãos e das cidadãs aos seus direitos e a noção, por parte destes e destas, de que dos seus direitos dependem os seus deveres.” (F, E, 2ªE)

“a qualidade da democracia, ponto número um, é a liberdade. E atrás da liberdade vem o resto, é a participação... vêm as outras liberdades todas: liberdade de associação, liberdade de expressão, enfim, as outras liberdades todas.” (M, D, 1ªE)

Emerge um discurso, menos expressivo, que descreve o que é uma democracia inacabada, como é o caso da portuguesa, surgindo o exemplo da desigualdade de género:

“eu acho que é um sinal do que falta na construção da qualidade da democracia. O *gender gap* é o espelho do que ainda falta na construção da nossa democracia, no sentido de cada vez mais qualidade da democracia.” (F, E, 2ªE)

Uma última dimensão reflecte os discursos sobre a desigualdade de género. Por um lado, são apontadas medidas que consideram importante adoptar no sentido da igualdade (e.g., a nível da educação e da fiscalização das leis existentes). Por outro, são referidas algumas acções pessoalmente defendidas ou adoptadas, nomeadamente no âmbito da actividade política, cargo que consideram importante na luta pela mudança. Salientam, por exemplo, a integração no movimento pelo Sim no referendo ao aborto, a introdução do direito à licença de maternidade e paternidade para os eleitos no regimento da AR:

“Claro que isto, há um infindo número de medidas que podem ser tomadas. Portanto, em termos educacionais, um controlo da produção. Portanto, eu apresentei um Projecto de Lei sobre esta matéria, nos manuais escolares, da sua certificação e da sua fiscalização.” (F, E, 8ªE)

“é da educação. Não digo que seja só dos manuais, é dos manuais, é dos conteúdos programáticos e é a Constituição da República Portuguesa. Basta cumpri-la, está legislado com toda a clareza. Já defendi acções no sentido da igualdade de género, sim.” (F, E, 8ªE)

A classe 5—Atributos e competências políticas—concentra 20, 38% das UCE's analisadas. A política e democracia ( $\chi^2 = 230, 41$ ) é a variável que mais contribui para a formação desta classe, tendo a variável história política ( $\chi^2 = 9, 71$ ) e o sexo feminino ( $\chi^2 = 2, 15$ ) uma contribuição bastante ténue (Figura 1).

Uma dimensão central engloba a caracterização dos atributos e competências fundamentais para que se seja um/a bom/boa político/a ou ideal, o que já consideram mais difícil. Como ilustram as UCE's, sobretudo as deputadas, consideram que uma pessoa será boa política quando, com as suas convicções e independentemente da sua orientação política: está atenta à sociedade, conhece-a, preocupa-se com ela e consegue alterá-la para melhor, sendo coerente com o compromisso que tem com as populações; é inteligente e gosta do que faz, tem um ideal em que acredita e que defende, o que exige pragmatismo; está interessada na causa pública e em promover o bem comum, sendo fiel às necessidades das populações:

“Para mim, o político ideal é o político que consegue olhar a realidade, compreender a realidade, interpretar a realidade e mudá-la para melhor.” (F, E, 1ªE)

“o bom político é aquele que está verdadeiramente interessado pela causa pública, que está atento aos problemas e que tenta também, obviamente, alertar para esses problemas e tenta também fazer pressão. (M, D, 6ªE)

Emergem discursos que se prendem com o gosto pessoal pela política, o que consideram ser um dos requisitos fundamentais:

“gosto ser política, gosto. Um político ideal? Sabe que na minha idade, os ideais... Um bom político. Eu acho que um bom político é uma pessoa que faça o seu trabalho gostando.” (F, D, 6ªE)

Discursos que salientam a elevada exigência da actividade política, que, admitem, por vezes, implica alguns sacrifícios, percebidos como um “preço” a pagar. De facto, é bem patente nos seus discursos que se trata de uma actividade exigente e difícil, sobretudo devido à enorme imprevisibilidade e visibilidade pública. Por isso, requer bastante disponibilidade por parte das pessoas, nomeadamente no que diz respeito ao trabalho parlamentar:

“e, de facto, o trabalho parlamentar, para quem queira, de facto, preocupar-se com a qualidade do trabalho que faz e preocupar-se com uma resposta que não fique coxa, digamos assim, às perguntas que os políticos vão colocando, exige, obviamente” (M, E, 3ªE)

“Eu penso que conseguimos isso de uma forma saudável, equilibrada, sem ninguém estar a fazer sacrifícios, para além daquilo que é humanamente exigível, ou que é pedido.” (F, D, 7ªE)

A classe 4—Formas de mobilidade política—é constituída por 12, 44% das UCE's. São as variáveis história política ( $\chi^2 = 285, 73$ ) e educação e influência ( $\chi^2 = 83, 26$ ) que mais contribuem para a sua formação, tendo a direita ( $\chi^2 = 15, 08$ ) e o sexo masculino ( $\chi^2 = 6, 83$ ) já uma contribuição mais ténue (Figura 1). A dimensão que mais se manifesta engloba um conjunto de histórias, provenientes de deputados/as de diferentes partidos políticos, sobretudo de deputados e da direita, bastante ilustrativo da enorme variedade de trajectórias existentes, sendo saliente a evolução gradual da mobilidade para a política e dos seus percursos na política:

“estou a tempo inteiro [na política] desde 1997, porque em 1997 fui para a Câmara Municipal X, como vice-presidente. E depois, em 1999, vim para aqui, para a AR, como deputada. E depois de vir para aqui, como deputada, ainda me mantive como vereadora durante algum tempo.” (F, D, 6ªE)

“foi no ano em que o Distrito de X teve mais deputados eleitos. Nós elegemos nove, eu era a 13ª da lista. E, depois, com as substituições, uns iam para o Governo, outros foram para Governador Civil, outro foi para Presidente da Câmara e eu ingressei aqui [na AR], em 1998.” (F, E, 1ªE)

Outra dimensão relevante que ocorre nesta classe prende-se com o convite, mecanismo muito utilizado por personalidades políticas ou partidos, como uma forma de entrar na política e de progredir na “carreira”. Seja convites a pessoas sem qualquer militância, seja a militantes, ou a político/as com um longo percurso na política:

“depois, surgiu o convite para entrar no partido. Depois, passado uns anos, surgiu, digamos, o desafio para participar activamente. E, daí que tenha sido convidada para vice-presidente da Comissão Política distrital da Guarda.” (F, D, 7ªE)

“eu fui ao gabinete do primeiro-ministro e ele disse ‘fez um bom trabalho, toda a gente me fala em si, eu vou-lhe dizer o seguinte, você vai ser deputado sobre o trabalho’, e eu disse-lhe ‘isto há aqui um equívoco e tal’.” (M, E, 5ªE)

A classe 7—Influências para a entrada na política—abrange 7, 97% das UCE's. Surge associada à variável educação e influência ( $\chi^2 = 692, 70$ ), e, de forma mais ténue, ao sexo masculino ( $\chi^2 = 10, 57$ ) e à esquerda ( $\chi^2 = 8, 31$ ) (Figura 1).

A dimensão central revela que as vivências numa época da ditadura e consequente limitação da liberdade, a oposição ao regime e à guerra colonial, bem como a influência da família e as vivências académicas fortes de contestações estudantis face ao governo, mesmo a nível europeu, são os factores mais apontados para que tenham despertado a consciência política:

“animada por aquilo que se passava nessa época, das contestações estudantis, até na Europa, em França, nomeadamente. E, portanto, fui muito educada, educada, quer dizer, bebi muito esta experiência. E isso, muito cedo, aguçou-me muito o apetite pela contestação à ditadura, a contestação aos limites da liberdade, por aquela vivência muito estigmatizada ali na escola.” (F, E, 11ªE)

“as festas de finalistas, em X, eram conhecidas como ‘as festas anti-regime’ e que deram, em anos como no meu, por exemplo, numas idas à PIDE.” (F, E, 8ªE)

Manifesta-se outra dimensão relevante que se prende com as habilitações literárias e as profissões dos/as entrevistados/as, destacando-se os/as advogados/as, os/as juristas e os/as docentes do ensino superior e do secundário:

“acabei o curso em 1974. Fui advogado antes de vir para cá. Era advogado e dava aulas. Tive um período em que dei aulas na faculdade de letras. Portanto, quatro anos, logo a seguir ao 25 de Abril. Portanto, fui advogado e professor, antes de vir para cá.” (M, E, 2ªE)

“comecei a trabalhar no Estado na área, então, da Previdência, e fiz um estágio. Aliás, tive a possibilidade de fazer advocacia ou consultoria jurídica e, depois, acabei mais por optar pela consultoria jurídica...” (F, E, 1ªE0)

Surge uma dimensão, menos expressiva, que abrange algumas das actividades culturais, literárias e musicais do/as entrevistado/as, paralelas à política:

“já fiz duas exposições individuais e várias colectivas e já escrevi um romance (...)” (M, E, 5ªE)“

“Envolvei-me em muitas coisas. Estive quatro anos na direcção [de um grupo de teatro académico]. Depois, fiz, primeiro, um curso de iniciação. Depois, comecei a pertencer ao grupo, a fazer peças com o grupo, a dar eventos.” (M, E, 7ªE)

A classe 6—Conciliação entre as esferas pública e privada—é constituída por 19, 11% das UCE's. É a variável temática pública e privada ( $\chi^2 = 759, 22$ ) que está na origem da formação desta classe, seguindo-se o sexo feminino ( $\chi^2 = 25, 21$ ) e a história política ( $\chi^2 = 7, 85$ ), com uma contribuição ténue (Figura 1).

Uma dimensão relevante ilustra os discursos sobre o apoio que têm relativamente às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Salientam a sua importância para conseguirem conciliar melhor uma actividade profissional, que é bastante exigente e stressante e onde não há horários, com a sua vida privada. Reconhecem a necessidade de se ter capacidades económicas, para se poder usufruir desse apoio:

“Sim, temos apoio nas tarefas domésticas, sim, temos. Aqui no apartamento, tenho uma empregada que vai uma hora por dia e ao fim-de-semana duas horas, para fazer as limpezas maiores.” (M, E, 2ªE)

“há a gestão de uma casa, que é muito grande. E se não tivesse apoio doméstico bastante profissional teria sido impossível. Mas para ter apoio doméstico é preciso ter capacidade económica para o pagar. Quando me casei não tinha ninguém e, entretanto, comecei a ter os filhos...” (F, E, 5ªE)

Para além desse apoio externo, da empregada doméstica ou da *baby-sitter*, referem que também requer um enorme esforço pessoal, um respeito e compreensão mútuos, bem como uma partilha entre ele/as e os/as respectivos/as parceiros/as:

“Ele respeita muito a minha actividade. Mantemos sempre uma ligação muito grande. Eu também tenho uma maneira de ser que, pronto, se eu chegar mais tarde eu ligo ‘eu vou chegar muito tarde, vê lá aí o jantar’, ou ‘eu não vou chegar hoje, vou chegar amanhã, vê lá aí como é que é possível te desenrascas’, muito bem.” (F, E, 11ªE)

“nós sempre partilhamos naturalmente, isso e nunca foi impedimento, quer dizer, nunca esteve presente aquela coisa de, eu sou a mãe, eu é que tenho de estar mais.” (F, E, 9ªE)

É admitido que, para que possam aproveitar o melhor possível os poucos momentos livres que têm, é necessária uma boa gestão do tempo, envolvendo sacrifícios por parte de todo/as. Os fins-de-semana são vistos como uma forma de compensação:

“ela [a filha] já sabe que há um dia na semana, no máximo dois, que eu possa não ir dormir a casa, mas depois compenso, ou tento compensá-la, no outro dia com uma presença muito maior.” (M, E, 8ªE)

“Eu tento manter essa ligação, mesmo durante a semana, ir lá com um esforço e um sacrifício pessoal, porque depois tenho de faltar aqui a reuniões, que é uma coisa que mais me custa.” (M, D, 6ªE)

Reconhecem que a conciliação entre as duas esferas é sempre complicada, sobretudo quando têm filhos, até porque, como as deputadas só começaram a poder usufruir de licença de maternidade na AR há relativamente poucos anos, gerou alguns episódios bastante complicados:

“foi uma tristeza, o miúdo fechado aqui no Gabinete o dia inteiro, mas, pronto, era o que tinha que ser. Era pequenino, na altura... não... vamos ver, nas férias escolares tenho [apoio], porque eles vão para a casa dos avós e, portanto, eu fico mais aliviada.” (F, E, 3ªE)

“tive que fazer uma opção de ter os miúdos aqui ao pé da Assembleia da República. Adoecem ou qualquer coisa, já tenho que sair para ir lá. Pronto, foi essa a opção que tive que fazer. A conciliação, a conciliação e sempre um bocadinho complicada.” (F, E, 3ªE)

### **Discussão**

Para procurarmos conhecer os obstáculos que se colocam à participação política das mulheres, assim como às medidas que se destinam a aumentá-la, organizámos esta secção de acordo com os objectivos deste estudo. Procurámos sempre perceber as diferenças / semelhanças dos discursos em função do sexo e da orientação política.

Relativamente ao primeiro objectivo, que procurava identificar os factores críticos da vida pessoal ligados à entrada das mulheres na política, entre as várias “influências” que levaram, sobretudo, os entrevistados do sexo masculino e de ambos os sexos de esquerda a entrar na política e a aderir a um partido, destaca-se o factor histórico. De facto, foram, principalmente, as vivências estigmatizantes em tempos de ditadura e de guerra que os/as levaram a despertar para a política, envolvendo-se em diversas acções colectivas contra o regime. Neste contexto, a influência e educação familiar, as vivências académicas fortes de contestação às medidas adoptadas pelo governo, mesmo a nível internacional (e.g., o caso do Maio de 68, em França) também foram influências importantes. É, ainda, saliente a relevância do papel da cultura e dos factores socioeconómicos, nomeadamente através da caracterização demográfica dos/as entrevistados/as. Prevaecem advogado/as, juristas e docentes, envolvendo-se em actividades culturais, literárias e musicais diversificadas. Assim, os principais factores apontados não parecem tanto ser específicos das mulheres, mas antes de uma geração—a dos que viveram a ditadura e a guerra colonial.

A análise das formas de mobilidade política identifica uma variedade de trajetórias políticas, sobretudo por parte dos entrevistados do sexo masculino e de ambos os sexos de direita. É bastante saliente a existência de uma evolução gradual tanto da mobilidade para a vida política e partidária, como dos seus percursos na política. Contudo, o “convite” adoptado quer pelos partidos, quer por figuras políticas, também surge como uma das principais formas de entrar na política e de progredir na “carreira”. Este mecanismo foi utilizado tanto a pessoas sem qualquer militância, como a militantes, ou a pessoas com um longo percurso na política. Ora, sendo a política um mundo tradicionalmente masculino e considerando que há efectivamente “mecanismos de construção e de selecção das carreiras” (Bettencourt & Pereira, 1995, p.9), o convite pode ser um enorme obstáculo à entrada das mulheres na política.

Quanto à conciliação entre a “actividade política e a vida privada” destacam-se os discursos das deputadas, em geral. Estas apontam várias responsabilidades, sobretudo as tarefas domésticas e o cuidado dos/as filhos/as. Admitem que, embora pessoalmente gostem muito da actividade política e se sintam bem no cargo que ocupam, é uma actividade bastante exigente e stressante. Por isso, a conciliação nem sempre é fácil de gerir, acarretando alguns “custos”, nomeadamente por não haver horários na política.

Com efeito, percebe-se que a elevada exigência da actividade política, particularmente devido à enorme imprevisibilidade e visibilidade pública, requer uma enorme disponibilidade. Por vezes, esta implica alguns sacrifícios, sobretudo por parte das deputadas, que praticamente não referem a vida pessoal. Neste contexto, para conseguirem conciliar as duas esferas, além de uma boa gestão do tempo e apesar dos sacrifícios, dos esforços, do respeito e da compreensão mútuos entre os casais, exigidos a todo/as, também recorrem ao apoio de empregadas domésticas e ao apoio e compreensão familiar. Outros estudos mostram que o recurso às empregadas domésticas é uma solução, ao alcance dos casais de nível socioeconómico mais elevado, que ajuda a evitar o conflito e a negociação quanto à distribuição das tarefas domésticas (Amâncio, 2007). Assim, para que as mulheres possam entrar na política e ter sucesso, para além da compreensão da família, é necessário que tenham recursos (económicos e de educação) relativamente elevados. Aliás, é um facto salientado por algumas deputadas. Estas admitem que, apesar de todo o apoio que têm, por vezes, a conciliação é bastante complicada, sobretudo para as que têm filhos/as. Saliente-se que, até há bem pouco tempo, o estatuto do/a deputado/a não previa sequer a licença de maternidade, o que dificultava ainda mais esta conciliação.

Assim, na linha de algumas investigações (e.g., Amâncio, 1994; Oliveira & Amâncio, 2002), os discursos destas deputadas revelam que as mulheres continuam mais associadas à esfera privada do que os homens, o que constitui certamente um enorme obstáculo à entrada e permanência das mulheres na política.

Apesar de recentemente o Grupo de Trabalho, constituído pelo PS para reformar o Parlamento, ter sugerido que se definissem horários que permitam a conciliação entre as vidas profissional e familiar, a verdade é que os partidos começaram por ser organizados por homens e para homens (Bettencourt & Pereira, 1995; Marques, 1989), traduzindo-se no modo como ainda estão estruturados e funcionam. A ausência de horários é um exemplo que se coaduna mal com as funções da generalidade das mulheres, a quem ainda cabe assumir a dupla jornada de trabalho (Amâncio, 2007). É inevitável que a persistência da divisão assimétrica de género relativamente às responsabilidades ao nível da esfera privada gere desigualdades ao nível da esfera pública. Coloca as mulheres numa situação de desvantagem face aos homens tanto em relação ao emprego, como à participação cívica, devido à maior dificuldade de conciliação entre ambas as esferas. Como vimos, este cenário só é amenizado quando têm recursos económicos. Assim, para atenuar este obstáculo, é fundamental que haja uma socialização de género para a cidadania social, cívica e política mais equitativa (Baum & Espírito-Santo, 2004).

O segundo objectivo deste estudo procurava identificar as dimensões que representam os atributos e competências considerados fundamentais na política. Verificamos, sobretudo através de discursos das deputadas, em geral, que tal como no estudo realizado fora do âmbito político (Santos, 2004, Estudo 1), são referidos traços de personalidade muito ligados ao estereótipo do masculino (e.g., Amâncio, 1994), como a “inteligência”, o “pragmatismo” e a “convicção”. Contudo, alguns dos traços mais apontados prendem-se com o altruísmo, geralmente ligado ao estereótipo feminino, como a “preocupação com a sociedade”, os “interesses da população” e a “promoção do bem comum”. Isto pode dever-se ao facto de os traços resultarem particularmente de discursos de mulheres e de apontarem os traços que consideram ser os ideais nesta actividade. Em qualquer dos casos, voltam a ser destacados traços de personalidade, confirmando a dificuldade de se avaliar o mérito de forma “objectiva” (Crosby & Clayton, 2001) e equitativa (Son Hing, Bobocel, & Zanna, 2002), no momento da selecção, num contexto tão subjectivo, como o da política (Agacinski, 1999). Afirmar o contrário é insistir numa ilusão (Ellemers, Barreto & Palacios, 2009) e na manutenção de mais um obstáculo à entrada das mulheres na política.

O terceiro objectivo deste estudo pretendia perceber se a sub-representação das mulheres na política constitui, para estes/as deputados/as, um problema de ordem social e/ou política, para além de procurar perceber qual consideram ser a origem dessa situação. Discursos bastante ténues revelam o baixo sentimento de discriminação pessoal. Contudo, são unânimes em concordar que persiste uma discriminação face às mulheres na sociedade. Assim, confirma-se um efeito de negação de discriminação pessoal (Crosby, 1982), fenómeno que, como vimos, também pode levar à inacção. Note-se, porém, que estes discursos foram sobretudo pronunciados pelos

entrevistados do sexo masculino e de ambos os sexos de direita, sugerindo que pelo menos as deputadas de esquerda já estarão mais conscientes do problema da discriminação, ou que aqueles/as sentem mais necessidade de tornar visível esse discurso.

Enquanto que os entrevistados do sexo masculino e de ambos os sexos de direita percebem mais a sub-representação das mulheres na política como um problema de ordem social, os do sexo feminino e de ambos os sexos de esquerda percebem-na mais como um problema de ordem política, questionando a qualidade da democracia representativa. Classificam a desigualdade de género na política como uma ilustração do que caracteriza uma democracia inacabada, como é o caso da portuguesa e consideram que, desta forma, não pode haver democracia plena.

Relativamente à opinião dos/as entrevistados/as sobre a origem da desigualdade de género na política, os resultados não nos permitem conclusões claras. Contudo, podemos afirmar que, embora haja unanimidade quanto à existência de discriminação face às mulheres, os discursos sobre a Lei da Paridade são heterogéneos. Os que se opõem consideram que se trata sobretudo de uma questão de in/competência e de des/interesse pessoal. Concretamente, é sugerido, sobretudo pelos deputados de direita, que, para que se caminhe para a igualdade, a iniciativa deve partir das próprias mulheres, que se devem interessar e empenhar mais na política. Assim, ao salientarem os atributos internos às mulheres, na linha do sexismo moderno (e.g., Swim et al., 1995), estão a responsabilizá-las a elas da sua situação de desvantagem (Barreto et al., 2004) e não tanto a sociedade. Consideram que há condições para que entrem na política e que, por isso, a Lei da Paridade já não é necessária. É para este tipo de pensamentos que alguns autores (e.g., Barreto & Ellemers, 2005; Tougas et al., 1995) nos têm alertado, visto constituírem grandes obstáculos à entrada das mulheres na política. De facto, embora sejam subtis, legitimam a manutenção e a reprodução da desigualdade, ajudando a manter o *status quo* (Jost & Banaji, 1994). Aliás, o sentimento de “ameaça” (Tajfel, 1982) ao sistema, neste caso aos políticos, gerado pela entrada das mulheres na política, está claramente presente nos seus discursos.

O quarto objectivo pretendia verificar as soluções propostas pelos/as participantes e as acções por si adoptadas para resolver a desigualdade de género. Além disso, pretendia perceber o que pensam de medidas, como a Lei da Paridade e o sistema de quotas. Identificámos alguns exemplos de medidas para a igualdade que foram, sobretudo, salientadas pelas entrevistadas e por ambos os sexos de esquerda, nomeadamente ao nível da educação, da fiscalização das leis e da implementação da Lei da Paridade. Também apontam várias acções que já defenderam ou adoptaram pessoalmente nesse sentido, como é o caso do Movimento pelo Sim no referendo do aborto. Assim, como mostraram Bettencourt e Pereira, em 1995, estas mulheres revelam-se conscientes da desigualdade de género, sendo grandes defensoras de causas de promoção da

igualdade. Contudo, enquanto essa consciência não se estender aos homens e à direita, o obstáculo é apenas amenizado.

Aliás, isso é bastante perceptível, sobretudo quando consideramos a opinião dos deputados sobre o sistema de quotas e a Lei da Paridade. Na linha dos resultados do nosso estudo realizado fora do âmbito político (Santos, 2004, Estudo 3), emergem discursos bastante heterogêneos. Para além dos discursos meramente informativos sobre a Lei da Paridade, identificámos discursos contra a lei, discursos favoráveis e indecisos. Os que são contra acreditam que, ao considerar o critério do sexo, a lei está a condicionar os partidos políticos e os restantes critérios, como a competência. Em contraste, os favoráveis acreditam, nomeadamente, que a democracia só será plena se for igualitária. Os indecisos/ambivalentes, apesar de tudo, acreditam que a Lei da Paridade pode servir para despertar as consciências para o problema. Embora por razões opostas, o argumento da “competência” é transversal a estes discursos. Enquanto que os desfavoráveis acreditam que a Lei da Paridade coloca em causa o critério da competência, os favoráveis defendem que este se terá mais em conta do que alguma vez se teve enquanto a democracia permaneceu androcêntrica. Recordamos que, para os deputados de direita, a Lei da Paridade já não é necessária, porque já há condições para que as mulheres entrem na política. Acreditam que a solução está nelas próprias, que devem empenhar-se mais e mostrar que têm competências.

Há, assim, uma espécie de sentimento de “desconfiança/dúvida”, por parte dos homens, sobretudo de direita, relativamente à competência das mulheres no contexto político. Estes resultados vão ao encontro dos da nossa investigação anterior, onde, para além de termos mostrado que os atributos fundamentais para o bom exercício da política estão sobretudo associados ao estereótipo masculino (Santos, 2004, Estudo 1), mostrámos que os juízos que os/as não-políticos/as fazem do mérito são *genderizados*, particularmente pelas mulheres (Santos, 2004, Estudo 3). Tal como estas mulheres não profissionais da política, pelo menos os deputados de direita também *genderizam* o mérito, parecendo haver expectativas de menor mérito por parte das mulheres para a política do que dos homens.

Assim, os resultados deste estudo parecem, mais uma vez, confirmar que a ideologia de género contamina o mérito, de acordo com a lógica da assimetria simbólica (e.g., Amâncio, 1994), porque é visto como um referente universal e, como tal, associado ao masculino e dissociado do feminino.

## Referências

- Agacinski, S. (1999). *Políticas dos sexos* (M.S. Pereira, Trad.). Oeiras: Celta Editora. (Obra original publicada em 1998).
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – O caso português em perspectiva. In K. Wall & L. Amâncio (Org.), *Família e género em Portugal e na Europa: Atitudes sociais dos portugueses* (pp.181-210). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. (2006). Men as individuals, women as a sexed category. Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology, 16*, 35-43.
- Barreto, M., & Ellemers, N. (2005). The perils of political correctness: Men and women responses to old-fashioned and modern sexism views. *Social Psychology Quarterly, 68*, 75-88.
- Barreto, M., Ellemers, N., & Palacios, M. S. (2004). The backlash of token mobility: The impact of past group experiences on individual ambition and effort. *Personality and Social Psychology Bulletin, 30*, 1433-1445.
- Barreto, M., Ellemers, N., Cihangir, S., & Stroebe, K. (2009). The experience of subtle sexism. In M. Barreto, M. Ryan, & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality* (pp. 99-124). Washington, DC: American Psychological Association.
- Barreto, M., Ryan, M., & Schmitt, M. (2009). (Eds.). *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Barreto, M., Ryan, M., & Schmitt, M. (2009b). Introduction: Is the glass ceiling still relevant in the 21st century? In M. Barreto, M. Ryan & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality* (pp. 3-18). Washington, DC: American Psychological Association.
- Baum, M., & Espírito-Santo, A. (2004). Desigualdades de género em Portugal: A participação política das mulheres. In A. Freire, M. C. Lobo & P. Magalhães (Orgs.), *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002* (pp.261-299). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Baum, M., & Espírito-Santo, A. (2009). As causas para a adopção da lei da paridade em Portugal. In A. Freire, J. M. L. Viegas (Org.), *Representação política: O caso português em perspectiva comparada* (pp. 375-414). Lisboa: Sextante.

- Bettencourt, A. M., & Pereira, M. M. S. (1995). *Mulheres políticas: As suas causas*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Blanchard, F. A., & Crosby, F. (Eds.). (1989). *Affirmative action in perspective*. New York: Springer-Verlag.
- Clayton, S. D., & Tangri, S. S. (1989). The justice of affirmative action. In F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Eds.), *Affirmative action in perspective* (pp. 177-192). New York: Springer-Verlag.
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, *96*, 608-630.
- Crosby, F. (1982). *Relative deprivation and working women*. New York: Oxford University Press.
- Crosby, F., & Clayton, S. (2001). Affirmative action: psychological contributions to policy. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, *1*, 71-87.
- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eagly, A. H., & Diekmann, A. B. (2006). Examining gender gaps in sociopolitical attitudes: It's not Mars and Venus. *Feminism & Psychology*, *16*, 26-34.
- Eagly, A. H., & Sczesny, S. (2009). Stereotypes about women, men, and leaders: Have times changed? In M. Barreto, M. Ryan & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality* (pp. 21-47). Washington, DC: American Psychological Association.
- Nash, M. (2004/2005). *As Mulheres no mundo. História, desafios e movimentos* (L. R. Pereira, Trad.) Lisboa: Editora Ausência (Obra original publicada em 2004).
- Ellemers, N. (2001). Individual upward mobility and the perceived legitimacy of intergroup relations. In J. T. Jost, & B. Major (Eds.), *The Psychology of Legitimacy*. Cambridge: University Press.
- Ellemers, N., & Barreto, M. (2009). Maintaining the illusion of meritocracy. In S. Demoulin, J. P. Leyens, & J. Dovidio (Eds.), *Intergroup misunderstandings: Impact of divergent social realities* (pp. 191-208). New York: Psychology Press.
- Fernandes, T. (2009). Portugal eleições 2009. *Visão*, *867*, 54-56.
- Gardiner, M., & Tiggemann, M. (1999). Gender differences in leadership style, job stress and mental health in male- and female-dominated industries. *Journal of Occupational and Organisational Psychology*, *72*, 301-15.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, *70*, 491-512.

- Huddy, L., Neely, F., & LaFay, M. (2000). The polls-trends: support for the women's movement. *Public Opinion Quarterly*, 64, 309–350.
- Inter-Parliamentary Union (2009). Your site on parliamentary democracy. Women in national parliaments. Retirado em 20 de Abril de 2009 de <http://www.ipu.org/english/home.htm>
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the productions of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J. T., Burgess, D., & Mosso, C. (2001). Conflicts of legitimation among self, group, and system: The integrative potential of system justification theory. In J. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp.363-388). New York: Cambridge University Press.
- Jost, J. T., & Hunyady, O. (2002). The psychology of system justification and the palliative function of ideology. *European Review of Social Psychology*, 13, 111–153.
- Jost, J. T., & Hunyady, O. (2005). Antecedents and consequences of system-justifying ideologies. *Current Directions in Psychological Science*, 14, 260-265.
- Kanter, M. (1977). Some effects of proportions on group life: Skewed sex ratios and responses to token women. *The American Journal of Sociology*, 82, 965-990.
- Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto. Lei da paridade. *Diário da República*, 1ª série, n.º 160, 5896-5897.
- Lisboa, M., Frias, G., Roque, A., & Cerejo, D. (2006). Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 155-179.
- Marques, H. T. (1989). As mulheres e a vida política. Acções positivas. Uma aposta para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. *Cadernos Condição feminina*, 28, 79-81.
- Mathison, D. L. (2001). Sex differences in the perception of assertiveness among female managers. *The Journal of Social Psychology*, 126, 599-606.
- Morales, E. M. M. (2008). *El poder en las relaciones de género*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- Nash, M. (2005). *As Mulheres no mundo. História, desafios e movimentos* (L.R. Pereira, Trad.) Lisboa, Editora Ausência (Obra original publicada em 2004).
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2001). Women and democracy: Cultural obstacles to equal representation. *Journal of Democracy*, 12, 126-140.

- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2002). Liberdades condicionais: O conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, problemas e práticas*, 40, 45-61.
- Pintat, C. (1997). Les femmes dans les parlements et dans les partis politiques en Europe et en Amérique du Nord. In C. Fauré (Org.), *Encyclopédie politique et historique des femmes* (pp. 793-824). Paris: PUF.
- Powell, G. N., & Butterfield, D. A. (1994). Investigating the "glass ceiling" phenomenon: An empirical study of actual promotions to top management. *Academy of Management Journal*, 37, 68-86.
- Reinert, M. (1998). Quel "objet" pour une "analyse statistique de discours"? Quelques réflexions à propos de la réponse Alceste. In Mellet, S. (Ed.), *4èmes Journées internationales d'analyse statistique des données textuelles* (pp. 557-569). Nice: Université de Nice-Sophia-Antipolis.
- Ryan, M. K., Haslam, S. A., Hersby, M. D., Kulich, C., & Atkins, C. (2007). Opting out or pushed off the edge? The glass cliff and the precariousness of women's leadership positions. *Social and Personality Psychology Compass*, 1, 266-279
- Ryan, M. K., Haslam, S. A., Hersby, M. D., Kulich, C., & Wilson-Kovacs, M. D. (2009). The stress of working on the edge: implications of glass cliffs for both women and organizations. In M. Barreto, M. Ryan & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality* (pp. 153-165). Washington, DC: American Psychological Association.
- Ruggiero, K. M., & Taylor, D. M. (1997). Why minority group members perceive or do not perceive the discrimination that confronts them: The role of self-esteem and perceived control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 373-389.
- Santos, M. H. (2004). *Género e política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas*. Manuscrito não publicado: Dissertação de mestrado em psicologia social e organizacional, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2007). Reacções às acções positivas - o olhar da psicologia social do género. In M. B. Monteiro, M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro, & P. Duarte (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia social e organizacional* (Vol.II, pp.57-74). Lisboa Edições Colibri.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2010). A (in)justiça relativa da acção positiva - a influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. *Revista Análise Psicológica*, 1, 43-57.
- Sabattini, L. & Crosby, F. J. (2009). Ceilings and Walls: Work–Life and "Family-Friendly" Policies. In M. Barreto, M. Ryan & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st*

- century: *Understanding barriers to gender equality* (pp. 201-225). Washington, DC: American Psychological Association.
- Simas, N. (29 de Outubro, 2009). José Sócrates promove três membros do seu gabinete a secretários de Estado. *Jornal Público*. Retirado em 12 de Novembro de 2007 de: [http://www.publico.clix.pt/Pol%C3%ADtica/jose-socrates-promove-tres-membros-do-seu-gabinete-a-secretarios-de-estado\\_1407355](http://www.publico.clix.pt/Pol%C3%ADtica/jose-socrates-promove-tres-membros-do-seu-gabinete-a-secretarios-de-estado_1407355)
- Sidanius, I., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.
- Soares, C. (2005). Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia ALCESTE em contextos discursivos distintos. In A. Moreira, B. Camargo, J. C. Jesuino, S. Nóbrega (Ogs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 541-568). João Pessoa: Editora Universitária - UFPB.
- Son Hing, L. S., Bobocel, D. R., & Zanna, M.P. (2002). Meritocracy and opposition to affirmative action: Making concessions in the face of discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 493-509.
- Swim, J. K., Aikin, K. J., Hall, W. S., & Hunter, B. A. (1995). Sexism and racism: Old fashioned and modern prejudices. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 199-214.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp.7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais. Estudos em psicologia social* (2 vol.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Taylor, D. M., & McKirnan, D. J. (1984). Five-stage model of intergroup relations. *British Journal of Social Psychology*, 23, 291-300.
- Thébaud, F. (2003). *Du suffrage des femmes à la parité politique, le genre de la démocratie en France*. Comunicação apresentada na Universidade Aberta em 20 de Maio, Lisboa.
- Tougas, F., Brown, R., Beaton, A. M., & Joly, S. (1995). Neosexism: Plus ça change, plus c'est pareil. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 842-849.
- Wood, W., & Eagly, A. H. (2002). A cross-cultural analysis of the behavior of women and men: Implications for the origins of sex differences. *Psychological Bulletin*, 128, 699-727.
- Wright, S. C. (2001). Restricted intergroup boundaries: Tokenism, ambiguity and the tolerance of injustice. In J. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice and intergroup relations* (pp. 223-254). New York: Cambridge University Press.

- Zhang, S., Schmader, T., & Forbes, C. (2009). The effects of gender stereotypes on women's career choice: Opening the glass door. In M. Barreto, M. Ryan & M. Schmitt (Eds.), *The glass ceiling in the 21st century: Understanding barriers to gender equality* (pp. 125-150). Washington, DC: American Psychological Association.
- Zweigenhaft, R. L., & Domhoff, G. W. (1998). *Diversity in the power elite: Have women and minorities reached the top?* New Haven, CT: Yale U Press.
- Yoder, J. D. (2002). Context matters: Understanding tokenism processes and their impact on women's work. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 1-8.